



REDATOR PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da União Operária Nacional
EDITOR - **JOAQUIM CARDOSO**

Redacção e administração - Calçada do Combro, 38-A, 2.º
Lisboa - PORTUGAL

End. telegr. Talhadas - Lisboa - Telefone: 2

Officinas de impressão: Rua da Atalaia, 134

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ - PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

A SITUAÇÃO

Não querendo convencer-se de que a época vai má para regressos e conservantismos andam a coligar-se e a tomar fôlego, depois das contrariedades de há meses, os elementos reaccionários e conservadores. São os católicos e os monárquicos, os integralistas, os miguelistas, os sidonistas, e até mesmo algumas criaturas que, sendo ou dizendo-se republicanas, prefeririam contudo uma República com uma monarquia que em tudo se confundisse com ela. Toda esta gente, que, tendo embora olhos, parece não ter vista, pois não demonstra uma nítida percepção do que seja o presente e do que possa vir a ser o futuro, toda esta gente se agita e movimenta, impulsionada talvez por uma esperança, a mais ilusória das esperanças. A que tende todo este activo fervilhar dos reaccionários e conservadores? Ignoramos. Mas bem pode suceder que, aproveitada uma ocasião propícia, tente a reacção um novo salto, um salto que é possível, o mesmo não podendo dizer-se já da estabilidade nas posições por esse salto alcançadas.

Ora, um triunfo passageiro dos monárquicos ou dos conservadores, não representa para nós a mesma coisa que representará para o partido agora no governo. Para nós, uma mudança de carácter exclusivamente político, nada mais é que uma mudança de amos que, embora não nos trazendo vantagens, também é problemático que nos trouxesse acréscimo de prejuízos. Dos actuais amos quasi mais nada temos recebido que vexames e perseguições. Os amos antigos procederam para conosco do mesmo modo. Os amos futuros, sejam eles de que cor forem, maravilha será que adoptem tática diversa. Bem sabemos que a questão de grau não pode ser desprezada, e que vale muito mais ser apenas preso que ser enforcado. Mas é certo que a qualidade de monárquico ou de republicano não tem nada que ver, como os factos provam, com a tolerância e o liberalismo. A governantes da República Portuguesa temos nós visto lançar mão de processos que os governantes monárquicos não usaram, pelo menos nos últimos lustres da monarquia. De modo que estarem de cima os monárquicos ou os republicanos é questão que, embora nos interesse, não pode todavia interessar-nos tanto como aos governantes.

A questão vidreira da Amora

Os operários espanhóis, importados de França, mais bem pagos que os nacionais!

Tem-se a Batalha ocupado largamente da questão vidreira da Amora, em resultado da qual algumas centenas de operários vidreiros se encontram há muitos meses sem trabalho, devido à Amora da Companhia de Garrafas da Amora, em cerca de suas regalias. Voltamos hoje a ocupar-nos do assunto, num momento em que a Companhia não hesita, só para prejudicar os seus operários, em importar dezenas de operários estrangeiros para uma fábrica que montou no Porto. Não são esses operários franceses, conforme se informou, mas espanhóis. Estavam, porém, a trabalhar em França, embarcando para Portugal, acompanhados de suas famílias, no porto de Bordeaux. O contrato é por 10 meses, sendo as respectivas condições muitíssimo mais favoráveis que as que eram concedidas aos operários portugueses, o que bem denuncia o propósito da Companhia em hostilizar os segundos. Uma dessas condições é a garantia do salário mínimo semanal de 18.900, princípio este que mais insistentemente reclamavam os vidreiros da Amora, reclamações que a Companhia nunca quis aceder.

Rembram-nos de que são as grandes companhias que, de quando em quando, por intermédio de associações comerciais e industriais que existem, protestam o seu patriotismo e a sua repulsa pelos que defendem a anulação das fronteiras e combatem a exploração do homem pelo homem!

Vários camaradas do Porto, tendo conhecimento da chegada dos operários espanhóis, fizeram-lhes ver a situação dos vidreiros da Amora e o prejuízo que lhes iam causar, aconselhando-os a retirar-se, não conseguindo ver coroado o seu intento, devido à acção

NOTAS & COMENTÁRIOS

Sempre os mesmos

Respondendo ao eco sob esta epigrafe publicado neste jornal, acerca da atitude do presente governo, formado por elementos do partido democrático, e das declarações feitas há tempo por um leader desse agrupamento político, atitude e declarações que estão em flagrante contradicção, faz o Mundo, jornal que sempre tem representado, mais ou menos oficialmente, o P. R. P., considerações várias, algumas das quais transcrevemos em seguida porque muito se lê nas entrelinhas: "Se um ou outro filiado no P. R. P. tem outra maneira de ver, não quer isso dizer que o Partido seja responsável por esses actos, muito mais sabendo-se que o P. R. P. não tem chefe. Se o tivesse e esses actos fossem por ele sancionados, haveria então motivo para a responsabilidade ser colectiva. Assim não. Cada qual que fique com a responsabilidade que lhe pertence."

Aumento de salário

Está prestes a ser aprovado o aumento de salário aos senhores deputados. Ficarão suas excelências ganhando diariamente seis mil seiscientos e sessenta e seis réis. Com tal rendimento é seguro que não pode um homem tornar-se milionário, tanta intensidade a carestia de todas as coisas que 6.666,6 mal chegam para acudir às necessidades mais instantes da vida. É contudo oportuno reparar que o salário médio dos operários fica muito aquém de um terço da quantia que os ilustres pais da pátria abicharão. Note-se ainda a circunstância de serem os operários forçados a trabalhar até à fadiga para alguma retribuição conseguirem. Enquanto que os deputados... A menos que passe a considerar-se a asneira como sinónimo de trabalho...

Mariolões

Faz muito bem A Luta em supor-se não atingida pelo epíteto de mariolões, aqui apostó há dias a criaturas às quais esse epíteto se ajusta que nem uma luva. Mas faz muito mal em continuar afirmando que os dirigidos aos burgueses em geral, quando nos referimos apenas aos mariolões da burguesia. Porque é certo que na classe burguesa há mariolões, e de alto lá com o charuto. Declara-se que na classe operária também os há, mas estamos certos de que, de modo a proporção e menor em número, há mariolões muito menos daninhos. O que se averigua é que A Luta não nos quer pararmos ontem a Vitor Hugo. O que escrevemos, como pode ver-se, é que, de terido proferido Cambronne uma palavra muito mais "despejada" e desajeitada que a nossa, não se indignou Vitor Hugo com isso, antes pelo contrário, ao passo que A Luta toda se escandalizava com uma apostrophe que mesmo diante de visitas de cerimónia pode ser pronunciada. Daqui se vê que no lugar de Vitor Hugo pusemos nós A Luta, para estabelecer o paralelo. Por nós reservamos o papel de Cambronne. E nele ficamos.

O jogo

Na Câmara dos Deputados, respondendo a umas considerações do deputado socialista dr. Costa Júnior, que reclamava o cumprimento da lei que proíbe os jogos de azar, afirmou o sr. Sá Cardoso, que "sabia que se jogava, que tinha conhecimento de que havia clubs onde se jogava, mas entendia que não devia fazer cumprir a lei reprimindo esse jogo, por haver importantes capitais empregados na indústria e milhares de cidadãos vivendo dela. Poderia, sem dúvida, usar da força e mandar fechar as casas onde se jogava, mas, se o fizesse, a ordem pública seria alterada e esse mal seria maior que a tolerância do governo perante um estado de coisas que não tinha sido por ele criado e que se desenvolvia e enraizava muito poderosamente."

Pasmoso! O governo tem força para perseguir a imprensa honesta, para prender trabalhadores honestos, para cercar as sedes dos organismos sindicais; enfim, para humilhar, por toda a forma, as classes proletárias, estrangulando os seus mínimos anelos de emancipação. Mas esse governo que tão forte é para com os trabalhadores, tem a coragem de declarar que não tem força para reprimir o jogo, que tem medo de que os batotoiros alterem a ordem pública...

Indiscutivelmente, o sr. Sá Cardoso está batendo o record dos chefes de governo incompetentes, cominhos, de critério estreito, raciocínio difícil, imperfeito e de horizontes curtos! É um indivíduo destes, tão pequenino de alma e cérebro que, para desdita deste país, há tantos anos posto a saque por inúmeros aventureiros, está empunhando o leme da nau estadual!

Na barra

Encalhou um vapor brasileiro S. JULIÃO, 13.-O vapor brasileiro "Maranguape" que seguia para fora da barra acaba de encalhar ao noroeste desta estação, junto a este forte. Por enquanto não pede socorro. -H.

S. JULIÃO, 13.-Acaba de chegar a esta estação um oficial de bordo do vapor "Maranguape" aqui encalhado e pede com urgência dois rebocadores de força e um ancorcote de 300 ou 400 quilos. -H.

Entrou no Tejo o vapor japonês Taça Mori, vindo do Japão com um carregamento completo de arroz para Lisboa e Porto.

II Congresso Nacional Presos por questões sociais

Porque se mantém a situação que forçou a adiar este Congresso, não pode, ainda, a comissão determinar qual o dia da sua realização. É facto, porém, que por parte dos sindicatos e respectivos delegados não esmorece o entusiasmo pela efectivação do Congresso, que vai marcar uma nova fase na vida sindicalista do operariado português. Pelas adesões recebidas, verifica-se que a organização operária, na sua grande parte, concorrerá ao Congresso, reconhecendo assim a sua oportunidade e importância. A comissão organizadora espera, pois, que todos os delegados correspondam, na data precisa, à sua indicação, para o que devem acompanhar com cuidado as notas aqui publicadas, e por intermédio das quais lhes será dado conhecimento do dia a fixar para a iniciação do Congresso.

E não fazem greve!

Noticiam as gazetas que vai ser aumentado o subsídio dos parlamentares. Auferem actualmente os ilustres pais da pátria a magra quantia de 100800 por mês, salvo erro, quando as câmaras estão funcionando, pois de contrário nada recebem. Pelo parecer da respectiva comissão, é elevado o subsídio a 240000 anuais, concedendo-se, ainda, passagem gratuita nos vapores e linhas ferreas.

Coisa de pouca monta, afinal. Demais, para os extenuantes trabalhos a que se entregam os frequentadores do hemicycle de S. Bento, trabalhos que em nada se comparam com a ociosidade... dos operários, ainda pequena é a paga; que em nada os compensa dos seus sacrifícios... pela pátria.

NOTAS E IMPRESSÕES

AS "BICHAS"

A guerra tremenda que o ano de 1914 viu nascer, que inutilizou milhões de criaturas, e que, em 1919, da graça de cristos, acabou de suspender-se por tempo ainda não fixado (porque os estrangeiros não estão tão civilizados como nós, que chegamos a saber com alguns meses de antecedência a data certa de todas as revoluções) a guerra, dizia-lhes eu, trouxe muitos ensinamentos para todos e uma necessidade de trabalhar aos povos que sempre gostaram de enfiar-se ao lado dos calões. Nós, por cá, tivemos de meter o corpo à tarefa, visto que a nossa indústria, estando então na infância, caminhava agora, espacada pela fome, a passo de urubum manhoso, para a adolescência. A guerra trouxe, além disso, ainda alguma coisa de mais importante, a qual veio a ser a prática de usos que, estando bastante generalizados lá fora - lá fora é no estrangeiro, está visto - cá dentro nos os esquadrões da guarda municipal, nem todas as esquadrões de polícia reitidas conseguiram nunca impor. E que o português valente é avesso, por temperamento, a imposições, justamente porque lhe impõem tudo, desde o ministério mais imbecil até ao prepo irreal de um escudo e vinte centavos por um quilo de feil amigo, cuja fidelidade é ainda mais treal do que o que queremos, mas é força, caramba! será mais fácil arranjar um litro de feil encarnado, mesmo por cinco tostões, do que torção.

Ora, vem isto a pé na foz das faldas das bichas que a guerra, entre nós, tornou possíveis. No estrangeiro estava isso em moda. Mesmo antes de haver guerra já nossos hermanãos adoptavam há muito, fazendo collas infernáveis, que principiavam de madrugada, para ver sair o gordo do Natal. Ainda hoje as fazem quando Galito vai despachar dois ou três touros à praça de Madrid, o que revela que eles presam, acima de tudo, su vergueza torera. Todavia, não apodamos-los de reacção, o que, à evidência, se demonstra ser falso.

Em Portugal, tentou, em illo tempore, um governador civil teimoso, obrigar o respectivo que vai ao teatro, a tomar a sua vez sem atropelar os demais cidadãos que, tendo chegado primeiro, sentiam, numa marcha fatal e dolorosa, todos os seus calos esbarrachados sem que conseguissem tivessem o almejado biletinho. Esse funcionário, justiça é confessá-lo, alguma coisa aproveitou com a sua teimosia, porquanto o público se civilizou um nadinho. Pelo menos, a entrada para o teatro, o respectivo parecia quasi domesticado, não dando, tão frequentemente, a impressão de selvagem. Divulga o sacrifício ao meio. Passou a ser selvagem apenas a saída, porque lhe custava imenso separar-se de chofre, de costumes que lhe eram tão caros. Mas veio a guerra; e o que o paciente governador civil não conseguia totalmente, fê-lo, num instante, esse monstro de olhos verdes, etc., etc. Pode quasi dizer-se que não houve um só comerciante, não só assombrado, mas não visse, dias e meses a fio, centenas de miseráveis alinhando-se pacificamente, acorreadamente, ao longo dos passeios, esperando, à medida que chegavam à porta, termo cubado do seu tormento, se ainda chegassem a tempo de se deixarem roubar.

Houve bichas para todos: para as baltas, para o feijão, para o carvão, para o petróleo, para o arroz. Fizeram-se também para o azeite - imenso fogueiro esperando horas e dias que o del-

No quartel do Carmo continuam sofrendo as agruras do cativeiro os operários presos quando dos cercos aos organismos operários. No governo civil e em várias esquadrões encontram-se muitas outras operários, vítimas das perseguições dos esbirros da Segurança do Estado, que tam dignamente substituem os preventivos de sidonista memória. Não deu o governo a menor satisfação à opinião proletária, sobre a prisão desses trabalhadores, conservando-os há já tantos dias em calabouços anti-higiénicos, onde a saúde bastante sofre. Segundo o comunicado da Comissão Pró-Presos por Questões Sociais, que na secção Perseguições governamentais publicamos, prometeu o director da policia de Segurança do Estado tentar junto do chefe do governo a libertação dos presos, reconhecendo que eles, em ocasiões críticas para a República, não hesitam em a defender, demonstrando assim que, a despeito de tudo, mais empenho tem pela conservação do regime do que muitos indivíduos que por al apregoam o seu republicanism balfo e de duvidosa pureza.

Esperamos, pois, que a libertação dos operários arbitrariamente presos não se faça esperar, o que não será mais que um acto de justiça, pois que, a cumprir-se o que bem claramente determina a lei, já há muito deviam estar libertados.

A agitação em Inglaterra

Liverpool teatro de graves distúrbios. LONDRES, 10.-Continuam os distúrbios de Liverpool, tendo agora ficado mortas duas sentinelas. -H.

A BATALHA na Argentina

(Do nosso correspondente especial)

Um "lock-out" dos industriais gráficos em defesa da... liberdade de pensamento! - O anúncio, última expressão do pensamento livre - Generosidade patronal - Algumas palavras lavras amigas aos gráficos de Lisboa ::

BUENOS AIRES, 11 de Julho de 1919

Os gráficos acham-se empenhados numa greve que lhes foi imposta pela Associação Nacional do Trabalho (a tal associação patronal de que já vos falei na carta anterior). A associação de empregados de comércio estava em conflito com a casa Gath y Chaves, que emprega 15.000 operários e empregados, e quando o pessoal em greve viu a sua situação comprometida, recorreu à Federação Obrera (10.º Congresso), para que esta assumisse a direcção do movimento e obtivesse para os grevistas a solução mais decorosa possível.

Embora se tratasse de um sindicato não federado, o encargo foi aceite, inspirando comovida simpatia aquela corporação luta contra um dos maiores tubarões, sustentado por um pessoal de que faziam parte milhares de raparigas - vendedoras, caixas, dactilógrafas, modistas, costureiras, etc., etc.

O sindicato dos empregados do comércio, embora contasse já alguns triunfos, era ainda novato e tinha pela frente um poderoso baluarte do patronato combativo.

Durante 90 dias lutara, como já referi, a forte Federação Marítima contra a associação dos tubarões, é afinal tivera o governo que pagar as faturas, chamando a si a direcção dos serviços do porto e de vapores. E a Federação Gráfica há já sessenta dias que embate na resistência da organização patronal.

Ao assumir a direcção do movimento, a Federação Obrera esforçou-se por obter um acordo, aceitando mesmo algumas das imposições que o gerente da casa Gath y Chaves pretendia levar à pratica. Este, porém, não admitia acordo algum: exigia a rendição incondicional e o direito de despedir os que entendesse.

Esgotados por fim todos os recursos conciliativos, a F. O., após um último aviso, declarou a boicotagem da casa Gath y Chaves. E assim foi que a Federação Gráfica, justamente nas vésperas da sua greve corporativa, se viu envolvida nesta questão.

Em fim de Maio, a Federação Gráfica avisava os jornais, revistas e casas de obras de que, estando boicotada a casa Gath y Chaves não devia aceitar qualquer trabalho para essa firma.

Parte dos industriais gráficos e das grandes empresas jornalísticas tinham formado uma "Associação Gráfica", ramo da dos tubarões, com o fim exclusivo de destruir a organização operária. O ensejo foi aproveitado para a declaração do lock-out, tendo os operários terminantemente recusado com

por anúncios da firma boicotada.

As empresas alegavam que a imposição da F. G. era um atentado contra... a liberdade de imprensa!

O caso fez enorme ruído, chegando até à Câmara dos Deputados, muitos dos quais bradaram aos céus, pedindo contra nós os raios de Jupiter e leis especiais que contra nós protegessem a famosa liberdade de pensamento, que nenhum deles julgara atingida, quando a policia suprimia violentamente alguns jornais operários! Leis, em nome da liberdade, para nos arrastar pelas orelhas à oficina, obrigando-nos a com-

F. SANTOS

UM PROJECTO DE LEI INTERESSANTE

A sindicalização obrigatória

Pelo deputado João Camoazes é apresentado no parlamento um projecto de lei estabelecendo o principio de sindicalização obrigatória do proletariado :: :: ::

Apresentou o deputado dr. João Camoazes, numa das últimas sessões da câmara a que pertence, um projecto de lei propondo a sindicalização obrigatória de todos os trabalhadores, defendendo simultaneamente a criação de uniões de sindicatos operários, de federações de indústria e da confederação geral do trabalho. Discordamos de muitos dos pontos do projecto e exposição que o antecede; todavia, bastante interessante nos é este caso, pois ele revela bem o interesse que entre as classes chamadas dirigentes se está tomando pelo desenvolvimento do movimento sindicalista, ultimamente, originado, como é notório, por um sensível crescer da consciência da classe trabalhadora.

Uil julgamos a publicação do trabalho do sr. João Camoazes, porque, além do seu mérito, de estudo bem coordenado e inteligente do momento que atravessamos, presta-se à discussão de doutrinas que nunca é demais submeter à dura prova de uma controversia serena e desapassionada de todas as partes a quem elas interessam.

Eis o referido trabalho:

Srs. deputados - A organização das classes trabalhadoras, é, neste momento, uma das preocupações mais importantes dos homens progressivos e de boa vontade social. E, numa hora, como a que passa, em que todas as sociedades se preparam para a reparação das energias perdidas e para a vulgarização das suas aptidões, figura-se-nos oportuna a proposta para a consideração do problema em ordem a obter-lhe soluções reais e eficientes.

Movidos pelo espirito acima manifestado, elaboramos o projecto de lei abaixo trans-

critos, que hoje temos a honra de sujeitar à vossa apreciação. Da sua natureza verticais que acatamos o fenómeno sindicalista e procuramos criar-lhe todas as condições de desenvolvimento pleno, na certeza de que o consequimento desse objectivo converterá num magnifico instrumento de melhorado progresso social. Na verdade aceitamos uma realidade social que, indubitavelmente, vem a faltar o seu caminho nas sociedades do nosso tempo: para nós o sindicalismo surgiu mesmo com o aspecto definido, caracterizado, de uma reacção espontânea do corpo social contra o atomismo, criado pela applicação do romantismo liberal e individualista. E, por isso, uma realidade social, sustentada, determinada pela própria estrutura das sociedades actuaes. E, quanto a nós, é mesmo uma realidade promissora pelo feliz aperfeiçoamento da divisão do trabalho social e o seu exercicio inevitavelmente determinado.

Se os factos sociais informadores da doutrina que acabamos de expender a não evidenciassem facilmente, como na realidade sucede, bastava verificar que os fenómenos em questão, apesar do nosso atraso, surgem e vem crescendo na sociedade portuguesa, para encontrar uma suprema razão justificativa. Unicamente o sindicalismo, visto que a grande crise nacional é uma crise de cultura, a qual afecta todas as classes, e maiormente os humildes, vem fazendo a sua marcha na dolorosa experiência dum empirismo rudimentar. Perde-se neste modo muito esforço, degradam-se preciosas energias e não raro os energismos que facilmente se desmoronam, são apançados e abatidos, principalmente, a elas próprias.

Ora a função dos órgãos superiores duma sociedade organizada é estimular e coordenar todas as energias dessa sociedade. A applicação deste principio ao problema sindicalista leva-nos a procurar a realizar soluções que evitem largos desperdícios de energia, que ponham a eclosão de todas as energias dos institutos. Desta

PRETENDENDO REFORMAR UMA LEI

O tribunal de árbitros avindores

De há muito que as classes trabalhadoras vêm reclamando uma remodelação da lei que regula os tribunais de árbitros avindores, a fim de que ela atinja de uma forma geral os salarizados em empregos que estejam a soldo de qualquer patrão ou empregador, de modo que possam conseguir o pagamento do seu trabalho, quando aqueles por motivos injustos, não queiram cumprir os seus deveres.

Nesse sentido, e na medida do possível, o sr. José Joaquim de Almeida, trabalhador de imprensa, árbitro da pauta operária e que já há muito tempo, no tribunal de Lisboa, vem prestando serviços às classes proletárias, reunindo os demais árbitros operários e patrões, apresentou um projecto de reforma da mencionada lei, projecto que sofreu modificações, mas que ainda assim melhorou muitíssimo, embora não satisfizesse as reclamações dos que mourem pelo pão de cada dia.

O projecto, que aguarda a aprovação do ministro do trabalho, é redigido nos seguintes termos:

Artigo 1.º É obrigatória a criação de tribunais de árbitros avindores em todos os distritos administrativos de Portugal e ilhas adjacentes.

§ 1.º Em Lisboa e Porto serão criados dois órgãos em cada tribunal, por serem estes onde maior número de reclamações são apresentadas, a fim de que os mesmos sejam ouvidos com urgência tornando salutar os efeitos da lei.

§ 2.º Enquanto se não constituírem outros tribunais, os existentes têm jurisdição no respectivo distrito.

Art. 2.º São da competência dos tribunais dos árbitros avindores, qualquer que seja o valor da causa: em geral, todas as controvérsias; sobre a execução de contratos ou convenções de serviços em assuntos industriais, comerciais, agrícolas ou domésticos, entre patrões, que paguem colecta predial, industrial e comercial, de uma parte, e os seus operários ou empregados assalariados, de outra, ou entre operários ou assalariados entre si, incluindo os de qualquer serviço doméstico; quando trabalhem para o mesmo patrão, e em especial as que disserem respeito a salários, preços e qualidades de mão de obra, compensações do salário por alteração na qualidade da matéria prima fornecida, ou pelas modificações do trabalho; indemnização pelo abandono da fábrica, ou por licenciamento antes de findo o trabalho ajustado e indemnização pelo não cumprimento do contrato de aprendizagem.

Art. 3.º Os tribunais de árbitros avindores funcionarão como câmaras sindicais todas as vezes que tenham conhecimento de reclamações contra as estipulações de serviços ou contrato de trabalho em vigor, pronunciando-se sobre a oportunidade e equidade que porventura assistem a essas reclamações, tendo a sua pronúncia força de sentença.

§ Único. As sentenças proferidas em virtude do art. 3.º, obrigam as partes interessadas ao seu cumprimento, não havendo delas apelação.

Art. 4.º Além das atribuições de conciliação e de judicatura mencionadas nos antecedentes artigos, compete aos tribunais de árbitros avindores vigiar sobre o modo como se executam as leis e regulamentos que respeitem às indústrias; decidir sobre as queixas contra os patrões; seus empregados e operários pelo esquecimento das boas normas da justiça que devem presidir às relações entre uns e outros; levantar autos, enviando-as às autoridades competentes, quando as transgressões sejam bastante graves para deverem determinar a intervenção do juízo criminal ou simplesmente da acção policial.

§ 1.º Para esta fiscalização será fornecido aos árbitros um diploma oficial, dando-lhe o direito ao uso do porte de arma.

§ 2.º O operário ou operários e empregados que houverem motivado qualquer sentença desfavorável aos patrões não poderão ser despedidos por estes senão seis meses depois, salvo sentença do mesmo tribunal, promovida pelo patrão interessado, encerramento ou suspensão da sua indústria por tempo superior a quatro meses ou quando eles preferirem pagar-lhes os salários de três meses.

Art. 5.º O decreto de cada um dos tribunais árbitros avindores:

1.º A sede e circunscrição de cada tribunal;

2.º O número de vogais de que deve ser composto;

Art. 6.º Cada um dos tribunais de árbitros avindores será constituído de um presidente, dois vice-presidentes e de um número de vogais, nunca inferior a oito nem superior a doze;

§ 1.º O presidente e vice-presidente de cada tribunal serão nomeados anualmente pelo governo, de entre sete cidadãos que não tenham interesse directo nas controvérsias que por eles hajam de ser julgadas, propostos pela câmara municipal do concelho onde o tribunal funciona, e por ela eleitos em escrutínio secreto, sendo preferidos os que forem formados em direito.

§ 2.º A metade dos vogais será eleita por um colégio de patrões e a outra metade por um colégio de operários e empregados do comércio ou assalariados de indústria, sujeita, à jurisdição do tribunal.

§ 3.º Aos operários eleitos como vogais dos tribunais de árbitros avindores ser-lhes-á abonada, pelo tempo que exercerem esse cargo, a importância da colecta industrial que lhes tenha sido lançada, não perdendo, por esse facto, o direito ao salário e ordenados dos dias perdidos no exercício das suas funções.

§ 4.º Quando sejam de empresas particulares, receberão um escudo por cada sessão a que assistirem.

§ 5.º Aos vogais eleitos pelos colégios dos patrões ser-lhes-á também abonada durante o tempo que funcionarem como árbitros as suas colectas industriais e comerciais, mediante comunicação feita ao respectivo secretário de finanças.

§ 6.º Os vogais servirão por dois anos, sendo anualmente substituídos por metade em cada um dos grupos. No primeiro ano far-se-á a substituição por sorteio, podendo ser reeleitos.

Art. 7.º Nenhuma controvérsia poderá ser julgada por sentença dos tribunais árbitros avindores sem se haver tentado conciliação prévia.

§ 1.º A conciliação será tentada perante dois vogais, um de cada grupo, eleitos pelo tribunal e presidido pelo presidente deste tribunal.

§ 2.º Qualquer das partes poderá exigir que um dos substitutos do tribunal do seu respectivo grupo funcione como adjunto no juízo de conciliação; nesse caso poderá a outra parte nomear outro substituto do seu grupo, ou o nomear o tribunal ex-officio. Os substitutos que assim funcionarem não poderão em caso algum tomar parte no julgamento definitivo da controvérsia.

§ 3.º Em qualquer estado da causa pode fazer-se nova tentativa de conciliação, por acordo das partes, sendo nesse caso os vogais designados por elas um por cada grupo.

Art. 8.º Salvo o disposto no § único do presente projecto de lei, poderá haver recurso das sentenças destes tribunais, quando o valor da causa for superior a 50\$000 ou for apresentada antes do julgamento a excepção de incompetência.

§ 1.º É livre às partes reconhecer previamente a competência do tribunal e sujeitarem-se à sua decisão.

§ 2.º O valor da causa quando seja omissa no pedido ou quando as partes não estejam de acordo sobre ele, será sempre julgado como questão prévia, decisão de que não haverá recurso.

Art. 9.º O julgamento dos recursos das decisões dos tribunais dos árbitros avindores, em acordo com o art. 8.º e seus parágrafos, será feito por um juiz, constituído por seis vogais, presidido pelo presidente do tribunal de primeira instância, sendo os vogais escolhidos por pessoas estranhas aos colégios de patrões e operários (efectivos e suplentes) em escrutínio secreto e três por cada parte.

§ 1.º Os recursos serão decididos à face das provas adquiridas no julgamento de primeira instância e serão julgados no prazo máximo de quinze dias, depois da primeira decisão.

§ 2.º Confirmada ou anulada a sentença, esta terá imediatamente força executória até final do julgamento.

Art. 10.º Perante os tribunais de árbitros avindores, a justiça é absoluta e gratuita até à sentença, e não serão admitidos advogados ou solicitadores, as partes pleiteando pessoalmente e só por excepção fundamentada em motivos graves e como tal pelo tribunal reconhecidos, os interessados poderão delegar em patrões ou operários.

Art. 11.º A forma de processo, tanto para a tentativa de conciliação e para os julgamentos em primeira instância, como para os julgamentos em recursos ou de câmaras sindicais, será sumariíssima.

§ Único. Serão isentos de imposto de selo os livros necessários para o serviço do tribunal, as sentenças e quaisquer documentos desse tribunal emanados ou que a ele devam ser presentes se por outro motivo os não deverem.

Art. 12.º As despesas de instalação e exercício dos tribunais de árbitros avindores ficam a cargo das Câmaras Municipais respectivas e serão consideradas como obrigatórias.

§ Único. Quando a circunscrição dum destes tribunais compreender dois ou mais concelhos, aquelas despesas serão repartidas igualmente entre os respectivos municípios.

Art. 13.º Fica autorizado o governo a reformar em diplomas especiais e no prazo de quinze dias, a contar da data deste projecto de lei, harmonizando-os com a doutrina nele contida, os regulamentos de 19 de Março e 14 de Abril de 1891, e elaborarem todos os mais necessários para a sua execução.

Art. 14.º Nos julgamentos tornar-se-á obrigatória a inscrição no recebimento de todos os operários e patrões existentes na circunscrição do tribunal, bastando a declaração dos interessados, acatando-se de qualquer documento comprovativo da sua idade e residência ou mediante declarações autênticas das respectivas associações de classe.

§ Único. As declarações de idade são isentas do imposto de selo e emolumentos para as repartições que os devem passar.

Art. 15.º O presidente do tribunal terá o ordenado fixo de 20\$250 mensais e 2\$50 por cada sessão a que presidir.

Art. 16.º Quando se prove a má fé entre os litigantes, poderá o tribunal aplicar-lhes a multa de um a trinta escudos.

Art. 17.º Os funcionários administrativos que fizerem serviço nos tribunais, serão garantidos, pelas câmaras, todos os direitos inerentes aos seus lugares nos respectivos quadros, tais como vencimentos, promoções, reformas, etc.

Art. 18.º Os funcionários que até à data da publicação desta lei tenham exercido com zelo e competência os cargos de escrivães, oficiais de diligências, etc., nos tribunais de árbitros avindores serão confirmados nos seus respectivos lugares.

§ 1.º O zelo e a competência dos funcionários serão atestados pelos tribunais, para tal fim reunidos em sessão especial.

§ 2.º O ministro do trabalho mandará publicar os actos dos funcionários deste tribunal, quando receba reclamação nesse sentido ou quando o julgar conveniente.

Art. 19.º Fica revogada a legislação em contrário.

Tribunal dos árbitros avindores de Lisboa em 7-1-1918.

A Comissão

Juventudes Sindicalistas

Mitico do 7.º bairro.—Foi resolvido pela comissão de propaganda organizar uma visita de estudo ao edifício da Casa Pia no próximo domingo, 17. Convidam-se todos os jovens a comparecer na sede do núcleo pelas 11 horas precisas.

Núcleo da Indústria Móvel.—Convidam-se os camaradas da comissão administrativa e de propaganda a reunir amanhã, às 11 horas.

A BATALHA

No Pôrto

Triste solução duma greve — Tufos que vendem os seus camaradas — A quanto montaria o prêmio da traição? — As prováveis migalhas dadas pela Companhia

PORTO, 9. — A greve do pessoal da Companhia dos Caminhos de Ferro do Pôrto à Póvoa e Famalicão foi solucionada, ou antes: *enterrada*. Os seus indignos coevos foram os judeus: José Bazilio Alves, chefe de 1.ª classe; Ernesto Duarte, bilheteiro; e António Gomes da Agonia, amanuense de 1.ª classe e o proclamador entusiasta da greve, assim como foi o entusiasta cantor do seu *De profundis*.

Estes ascoscos cavalheiros, nomeados a si próprios membros duma comissão constituída *ad hoc*, transaccionaram, escondidamente, com a Companhia, a venda dos seus camaradas, percorrendo imediatamente as estações a fim de participar uma solução *honrosa* do conflito e aliciando ao trabalho os que se conservavam em luta. O preço da traição é que se desconhecido. Como é de prever, burlados na boa-fé, crentes na sinceridade dos falsos comissionados, dos traidores encapitados, dos inspetores negociadores de consciências pouco experimentadas, muitos empregados da Póvoa aluíram aos seus postos, retomando o serviço interrompido durante um mês e pico em que, apesar da sua desorganização, se conservaram firmes, solidários, pacíficos, valentes, para depois serem entregues pelos trinta d'escuros arrepanhados pelos repelentes Iscariotes. O pessoal residente no Pôrto foi o último a tender-se, visto que nada mais poderia fazer, apesar de, dando pelo logro, enviar uma comissão à Póvoa a ver se sustinha a desercão precipitada. Nada, porém, se conseguiu: era já tarde. E na reunião de ontem à tarde, na presença do fracasso, ou por outra, da traição irremediável, resolveu a assembleia retomar o trabalho...

Art. 1.º É obrigatória a criação de tribunais de árbitros avindores em todos os distritos administrativos de Portugal e ilhas adjacentes.

§ 1.º Em Lisboa e Porto serão criados dois órgãos em cada tribunal, por serem estes onde maior número de reclamações são apresentadas, a fim de que os mesmos sejam ouvidos com urgência tornando salutar os efeitos da lei.

§ 2.º Enquanto se não constituírem outros tribunais, os existentes têm jurisdição no respectivo distrito.

Art. 2.º São da competência dos tribunais dos árbitros avindores, qualquer que seja o valor da causa: em geral, todas as controvérsias; sobre a execução de contratos ou convenções de serviços em assuntos industriais, comerciais, agrícolas ou domésticos, entre patrões, que paguem colecta predial, industrial e comercial, de uma parte, e os seus operários ou empregados assalariados, de outra, ou entre operários ou assalariados entre si, incluindo os de qualquer serviço doméstico; quando trabalhem para o mesmo patrão, e em especial as que disserem respeito a salários, preços e qualidades de mão de obra, compensações do salário por alteração na qualidade da matéria prima fornecida, ou pelas modificações do trabalho; indemnização pelo abandono da fábrica, ou por licenciamento antes de findo o trabalho ajustado e indemnização pelo não cumprimento do contrato de aprendizagem.

Art. 3.º Os tribunais de árbitros avindores funcionarão como câmaras sindicais todas as vezes que tenham conhecimento de reclamações contra as estipulações de serviços ou contrato de trabalho em vigor, pronunciando-se sobre a oportunidade e equidade que porventura assistem a essas reclamações, tendo a sua pronúncia força de sentença.

§ Único. As sentenças proferidas em virtude do art. 3.º, obrigam as partes interessadas ao seu cumprimento, não havendo delas apelação.

Art. 4.º Além das atribuições de conciliação e de judicatura mencionadas nos antecedentes artigos, compete aos tribunais de árbitros avindores vigiar sobre o modo como se executam as leis e regulamentos que respeitem às indústrias; decidir sobre as queixas contra os patrões; seus empregados e operários pelo esquecimento das boas normas da justiça que devem presidir às relações entre uns e outros; levantar autos, enviando-as às autoridades competentes, quando as transgressões sejam bastante graves para deverem determinar a intervenção do juízo criminal ou simplesmente da acção policial.

§ 1.º Para esta fiscalização será fornecido aos árbitros um diploma oficial, dando-lhe o direito ao uso do porte de arma.

§ 2.º O operário ou operários e empregados que houverem motivado qualquer sentença desfavorável aos patrões não poderão ser despedidos por estes senão seis meses depois, salvo sentença do mesmo tribunal, promovida pelo patrão interessado, encerramento ou suspensão da sua indústria por tempo superior a quatro meses ou quando eles preferirem pagar-lhes os salários de três meses.

Art. 5.º O decreto de cada um dos tribunais árbitros avindores:

1.º A sede e circunscrição de cada tribunal;

2.º O número de vogais de que deve ser composto;

Art. 6.º Cada um dos tribunais de árbitros avindores será constituído de um presidente, dois vice-presidentes e de um número de vogais, nunca inferior a oito nem superior a doze;

§ 1.º O presidente e vice-presidente de cada tribunal serão nomeados anualmente pelo governo, de entre sete cidadãos que não tenham interesse directo nas controvérsias que por eles hajam de ser julgadas, propostos pela câmara municipal do concelho onde o tribunal funciona, e por ela eleitos em escrutínio secreto, sendo preferidos os que forem formados em direito.

§ 2.º A metade dos vogais será eleita por um colégio de patrões e a outra metade por um colégio de operários e empregados do comércio ou assalariados de indústria, sujeita, à jurisdição do tribunal.

§ 3.º Aos operários eleitos como vogais dos tribunais de árbitros avindores ser-lhes-á abonada, pelo tempo que exercerem esse cargo, a importância da colecta industrial que lhes tenha sido lançada, não perdendo, por esse facto, o direito ao salário e ordenados dos dias perdidos no exercício das suas funções.

§ 4.º Quando sejam de empresas particulares, receberão um escudo por cada sessão a que assistirem.

§ 5.º Aos vogais eleitos pelos colégios dos patrões ser-lhes-á também abonada durante o tempo que funcionarem como árbitros as suas colectas industriais e comerciais, mediante comunicação feita ao respectivo secretário de finanças.

§ 6.º Os vogais servirão por dois anos, sendo anualmente substituídos por metade em cada um dos grupos. No primeiro ano far-se-á a substituição por sorteio, podendo ser reeleitos.

Art. 7.º Nenhuma controvérsia poderá ser julgada por sentença dos tribunais árbitros avindores sem se haver tentado conciliação prévia.

§ 1.º A conciliação será tentada perante dois vogais, um de cada grupo, eleitos pelo tribunal e presidido pelo presidente deste tribunal.

§ 2.º Qualquer das partes poderá exigir que um dos substitutos do tribunal do seu respectivo grupo funcione como adjunto no juízo de conciliação; nesse caso poderá a outra parte nomear outro substituto do seu grupo, ou o nomear o tribunal ex-officio. Os substitutos que assim funcionarem não poderão em caso algum tomar parte no julgamento definitivo da controvérsia.

§ 3.º Em qualquer estado da causa pode fazer-se nova tentativa de conciliação, por acordo das partes, sendo nesse caso os vogais designados por elas um por cada grupo.

Art. 8.º Salvo o disposto no § único do presente projecto de lei, poderá haver recurso das sentenças destes tribunais, quando o valor da causa for superior a 50\$000 ou for apresentada antes do julgamento a excepção de incompetência.

§ 1.º É livre às partes reconhecer previamente a competência do tribunal e sujeitarem-se à sua decisão.

§ 2.º O valor da causa quando seja omissa no pedido ou quando as partes não estejam de acordo sobre ele, será sempre julgado como questão prévia, decisão de que não haverá recurso.

Art. 9.º O julgamento dos recursos das decisões dos tribunais dos árbitros avindores, em acordo com o art. 8.º e seus parágrafos, será feito por um juiz, constituído por seis vogais, presidido pelo presidente do tribunal de primeira instância, sendo os vogais escolhidos por pessoas estranhas aos colégios de patrões e operários (efectivos e suplentes) em escrutínio secreto e três por cada parte.

§ 1.º Os recursos serão decididos à face das provas adquiridas no julgamento de primeira instância e serão julgados no prazo máximo de quinze dias, depois da primeira decisão.

§ 2.º Confirmada ou anulada a sentença, esta terá imediatamente força executória até final do julgamento.

Art. 10.º Perante os tribunais de árbitros avindores, a justiça é absoluta e gratuita até à sentença, e não serão admitidos advogados ou solicitadores, as partes pleiteando pessoalmente e só por excepção fundamentada em motivos graves e como tal pelo tribunal reconhecidos, os interessados poderão delegar em patrões ou operários.

Art. 11.º A forma de processo, tanto para a tentativa de conciliação e para os julgamentos em primeira instância, como para os julgamentos em recursos ou de câmaras sindicais, será sumariíssima.

§ Único. Serão isentos de imposto de selo os livros necessários para o serviço do tribunal, as sentenças e quaisquer documentos desse tribunal emanados ou que a ele devam ser presentes se por outro motivo os não deverem.

Art. 12.º As despesas de instalação e exercício dos tribunais de árbitros avindores ficam a cargo das Câmaras Municipais respectivas e serão consideradas como obrigatórias.

§ Único. Quando a circunscrição dum destes tribunais compreender dois ou mais concelhos, aquelas despesas serão repartidas igualmente entre os respectivos municípios.

Art. 13.º Fica autorizado o governo a reformar em diplomas especiais e no prazo de quinze dias, a contar da data deste projecto de lei, harmonizando-os com a doutrina nele contida, os regulamentos de 19 de Março e 14 de Abril de 1891, e elaborarem todos os mais necessários para a sua execução.

Art. 14.º Nos julgamentos tornar-se-á obrigatória a inscrição no recebimento de todos os operários e patrões existentes na circunscrição do tribunal, bastando a declaração dos interessados, acatando-se de qualquer documento comprovativo da sua idade e residência ou mediante declarações autênticas das respectivas associações de classe.

§ Único. As declarações de idade são isentas do imposto de selo e emolumentos para as repartições que os devem passar.

Art. 15.º O presidente do tribunal terá o ordenado fixo de 20\$250 mensais e 2\$50 por cada sessão a que presidir.

Art. 16.º Quando se prove a má fé entre os litigantes, poderá o tribunal aplicar-lhes a multa de um a trinta escudos.

Art. 17.º Os funcionários administrativos que fizerem serviço nos tribunais, serão garantidos, pelas câmaras, todos os direitos inerentes aos seus lugares nos respectivos quadros, tais como vencimentos, promoções, reformas, etc.

Art. 18.º Os funcionários que até à data da publicação desta lei tenham exercido com zelo e competência os cargos de escrivães, oficiais de diligências, etc., nos tribunais de árbitros avindores serão confirmados nos seus respectivos lugares.

§ 1.º O zelo e a competência dos funcionários serão atestados pelos tribunais, para tal fim reunidos em sessão especial.

§ 2.º O ministro do trabalho mandará publicar os actos dos funcionários deste tribunal, quando receba reclamação nesse sentido ou quando o julgar conveniente.

Art. 19.º Fica revogada a legislação em contrário.

Tribunal dos árbitros avindores de Lisboa em 7-1-1918.

A Comissão

Juventudes Sindicalistas

Mitico do 7.º bairro.—Foi resolvido pela comissão de propaganda organizar uma visita de estudo ao edifício da Casa Pia no próximo domingo, 17. Convidam-se todos os jovens a comparecer na sede do núcleo pelas 11 horas precisas.

Núcleo da Indústria Móvel.—Convidam-se os camaradas da comissão administrativa e de propaganda a reunir amanhã, às 11 horas.

A BATALHA

No Pôrto

Triste solução duma greve — Tufos que vendem os seus camaradas — A quanto montaria o prêmio da traição? — As prováveis migalhas dadas pela Companhia

PORTO, 9. — A greve do pessoal da Companhia dos Caminhos de Ferro do Pôrto à Póvoa e Famalicão foi solucionada, ou antes: *enterrada*. Os seus indignos coevos foram os judeus: José Bazilio Alves, chefe de 1.ª classe; Ernesto Duarte, bilheteiro; e António Gomes da Agonia, amanuense de 1.ª classe e o proclamador entusiasta da greve, assim como foi o entusiasta cantor do seu *De profundis*.

Estes ascoscos cavalheiros, nomeados a si próprios membros duma comissão constituída *ad hoc*, transaccionaram, escondidamente, com a Companhia, a venda dos seus camaradas, percorrendo imediatamente as estações a fim de participar uma solução *honrosa* do conflito e aliciando ao trabalho os que se conservavam em luta. O preço da traição é que se desconhecido. Como é de prever, burlados na boa-fé, crentes na sinceridade dos falsos comissionados, dos traidores encapitados, dos inspetores negociadores de consciências pouco experimentadas, muitos empregados da Póvoa aluíram aos seus postos, retomando o serviço interrompido durante um mês e pico em que, apesar da sua desorganização, se conservaram firmes, solidários, pacíficos, valentes, para depois serem entregues pelos trinta d'escuros arrepanhados pelos repelentes Iscariotes. O pessoal residente no Pôrto foi o último a tender-se, visto que nada mais poderia fazer, apesar de, dando pelo logro, enviar uma comissão à Póvoa a ver se sustinha a desercão precipitada. Nada, porém, se conseguiu: era já tarde. E na reunião de ontem à tarde, na presença do fracasso, ou por outra, da traição irremediável, resolveu a assembleia retomar o trabalho...

Art. 1.º É obrigatória a criação de tribunais de árbitros avindores em todos os distritos administrativos de Portugal e ilhas adjacentes.

§ 1.º Em Lisboa e Porto serão criados dois órgãos em cada tribunal, por serem estes onde maior número de reclamações são apresentadas, a fim de que os mesmos sejam ouvidos com urgência tornando salutar os efeitos da lei.

§ 2.º Enquanto se não constituírem outros tribunais, os existentes têm jurisdição no respectivo distrito.

Art. 2.º São da competência dos tribunais dos árbitros avindores, qualquer que seja o valor da causa: em geral, todas as controvérsias; sobre a execução de contratos ou convenções de serviços em assuntos industriais, comerciais, agrícolas ou domésticos, entre patrões, que paguem colecta predial, industrial e comercial, de uma parte, e os seus operários ou empregados assalariados, de outra, ou entre operários ou assalariados entre si, incluindo os de qualquer serviço doméstico; quando trabalhem para o mesmo patrão, e em especial as que disserem respeito a salários, preços e qualidades de mão de obra, compensações do salário por alteração na qualidade da matéria prima fornecida, ou pelas modificações do trabalho; indemnização pelo abandono da fábrica, ou por licenciamento antes de findo o trabalho ajustado e indemnização pelo não cumprimento do contrato de aprendizagem.

Art. 3.º Os tribunais de árbitros avindores funcionarão como câmaras sindicais todas as vezes que tenham conhecimento de reclamações contra as estipulações de serviços ou contrato de trabalho em vigor, pronunciando-se sobre a oportunidade e equidade que porventura assistem a essas reclamações, tendo a sua pronúncia força de sentença.

§ Único. As sentenças proferidas em virtude do art. 3.º, obrigam as partes interessadas ao seu cumprimento, não havendo delas apelação.

Art. 4.º Além das atribuições de conciliação e de judicatura mencionadas nos antecedentes artigos, compete aos tribunais de árbitros avindores vigiar sobre o modo como se executam as leis e regulamentos que respeitem às indústrias; decidir sobre as queixas contra os patrões; seus empregados e operários pelo esquecimento das boas normas da justiça que devem presidir às relações entre uns e outros; levantar autos, enviando-as às autoridades competentes, quando as transgressões sejam bastante graves para deverem determinar a intervenção do juízo criminal ou simplesmente da acção policial.

§ 1.º Para esta fiscalização será fornecido aos árbitros um diploma oficial, dando-lhe o direito ao uso do porte de arma.

§ 2.º O operário ou operários e empregados que houverem motivado qualquer sentença desfavorável aos patrões não poderão ser despedidos por estes senão seis meses depois, salvo sentença do mesmo tribunal, promovida pelo patrão interessado, encerramento ou suspensão da sua indústria por tempo superior a quatro meses ou quando eles preferirem pagar-lhes os salários de três meses.

Art. 5.º O decreto de cada um dos tribunais árbitros avindores:

1.º A sede e circunscrição de cada tribunal;

2.º O número de vogais de que deve ser composto;

Art. 6.º Cada um dos tribunais de árbitros avindores será constituído de um presidente, dois vice-presidentes e de um número de vogais, nunca inferior a oito nem superior a doze;

§ 1.º O presidente e vice-presidente de cada tribunal serão nomeados anualmente pelo governo, de entre sete cidadãos que não tenham interesse directo nas controvérsias que por eles hajam de ser julgadas, propostos pela câmara municipal do concelho onde o tribunal funciona, e por ela eleitos em escrutínio secreto, sendo preferidos os que forem formados em direito.

§ 2.º A metade dos vogais será eleita por um colégio de patrões e a outra metade por um colégio de operários e empregados do comércio ou assalariados de indústria, sujeita, à jurisdição do tribunal.

§ 3.º Aos operários eleitos como vogais dos tribunais de árbitros avindores ser-lhes-á abonada, pelo tempo que exercerem esse cargo, a importância da colecta industrial que lhes tenha sido lançada, não perdendo, por esse facto, o direito ao salário e ordenados dos dias perdidos no exercício das suas funções.

§ 4.º Quando sejam de empresas particulares, receberão um escudo por cada sessão a que assistirem.

§ 5.º Aos vogais eleitos pelos colégios dos patrões ser-lhes-á também abonada durante o tempo que funcionarem como árbitros as suas colectas industriais e comerciais, mediante comunicação feita ao respectivo secretário de finanças.

§ 6.º Os vogais servirão por dois anos, sendo anualmente substituídos por metade em cada um dos grupos. No primeiro ano far-se-á a substituição por sorteio, podendo ser reeleitos.

Art. 7.º Nenhuma controvérsia poderá ser julgada por sentença dos tribunais árbitros avindores sem se haver tentado conciliação prévia.

§ 1.º A conciliação será tentada perante dois vogais, um de cada grupo, eleitos pelo tribunal e presidido pelo presidente deste tribunal.

§ 2.º Qualquer das partes poderá exigir que um dos substitutos do tribunal do seu respectivo grupo funcione como adjunto no juízo de conciliação; nesse caso poderá a outra parte nomear outro substituto do seu grupo, ou o nomear o tribunal ex-officio. Os substitutos que assim funcionarem não poderão em caso algum tomar parte no julgamento definitivo da controvérsia.

§ 3.º Em qualquer estado da causa pode fazer-se nova tentativa de conciliação, por acordo das partes, sendo nesse caso os vogais designados por elas um por cada grupo.

Art. 8.º Salvo o disposto no § único do presente projecto de lei, poderá haver recurso das sentenças destes tribunais, quando o valor da causa for superior a 50\$000 ou for apresentada antes do julgamento a excepção de incompetência.

§ 1.º É livre às partes reconhecer previamente a competência do tribunal e sujeitarem-se à sua decisão.

§ 2.º O valor da causa quando seja omissa no pedido ou quando as partes não estejam de acordo sobre ele, será sempre julgado como questão prévia, decisão de que não haverá recurso.

